

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2014 / 2015

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E MATERIAL ELÉTRICO DE CATALÃO GOIÁS, CNPJ n. 06.885.083/0001-20, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr. CARLOS ALBINO DE REZENDE JUNIOR, CPF 864.391.111-91; e.

MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA, CNPJ n. 54.305.743/0011-70, neste ato representado por seu Diretor de Recurso Humanos, Sr. ANTÔNIO HERBERT DUARTE FERREIRA, CPF n. 082.560.258-08;

PRC SISTEMAS DE PROPULSÃO E TRAÇÃO LTDA, CNPJ n. 19.416.642/0001-02, neste ato representado por seu Diretor de Recurso Humanos, Sr. ANTÔNIO HERBERT DUARTE FERREIRA, CPF n. 082.560.258-08;

BW&P SISTEMAS DE SOLDA E PINTURA LTDA, CNPJ n. 19.416.614/0001-87, neste ato representado por seu Diretor de Recurso Humanos, Sr. ANTÔNIO HERBERT DUARTE FERREIRA, CPF n. 082.560.258-08;

RCM-ENGINEERING & INDUSTRIAL SOLUTIONS S/C LTDA, CNPJ n. 04.772.576/0001-28, neste ato representado por seu Diretor, Sr. RUBENS CELLA, CPF 025.757.528-68;

WELDMATIC AUTOMOTIVE LTDA, CNPJ n. 00.346.813/0004-80, neste ato representado por seu Gerente, Sr. FABIO SARAIVA, CPF 278.399.878-50;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015, e a data-base da categoria em 1º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Catalão/GO, com abrangência territorial em Catalão/GO.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO E VALOR MÍNIMO GARANTIDO

A partir de 01 de janeiro de 2015, fica assegurado aos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho, um salário normativo:

- a) Para as empresas MMC, PRC, BW&P e Weldmatic o salário admissional será de R\$1.450,00 (hum mil quatrocentos e cinquenta reais).
- b) Para a RCM o piso será de R\$1188,00 (hum mil cento e oitenta e oito reais) no ato da contratação. Após 03 (três) meses de relação de emprego, o trabalhador não poderá receber menos que R\$1300,00 (hum mil e trezentos reais) e após 6 (seis) meses de relação de emprego, R\$1400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários vigentes dos empregados das empresas acordantes, admitidos até 31 de outubro de 2013, terão seus salários reajustados a partir de 01 de janeiro de 2015 conforme tabela abaixo:

| Faixa salarial | Reajuste |
|--------------------------|----------|
| Até R\$13.102,00 | 8,00% |
| A partir de R\$13.102,01 | 6,34% |

Reajuste aplicável sobre os salários vigentes de 31 de outubro de 2014

- a) Os empregados admitidos após a data base de 01 de novembro de 2013 terão seus salários reajustados na proporção de 1/12 avos, por mês ou fração superior a 15 dias trabalhados entre a admissão e o dia 31 de outubro de 2014;
- b) Os empregados demitidos que tenham o Aviso Prévio projetado a partir do mês de novembro de 2014, receberão o aumento salarial a partir de 1º de Novembro de 2014 (com reflexos sobre os salários e verbas rescisórias), porém não receberão nenhum dos abonos, prêmios ou qualquer gratificação adicional.
- c) Serão compensados os efeitos de todos os aumentos e antecipações salariais concedidos no período de 1º de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, exceto os aumentos salariais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito e término de aprendizagem.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA - ABONO ESPECIAL

1 - As empresas concederão aos seus empregados admitidos até 31 de outubro de 2014, e que tenham trabalhado no mínimo 15 (quinze) dias no período de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014 e na proporção de 1/12 avos por mês trabalhado para os admitidos após esta data, e em caráter especial e eventual, na forma do art. 144 da CLT, um Abono Especial totalmente desvinculado do salário equivalente a 24% (vinte quatro por cento) do salário base vigente em 31 de outubro de 2014.

- a) O pagamento será feito no dia 19 de dezembro de 2014.
- b) Este abono é devido apenas aos empregados com contrato de trabalho ativo e vigente à data do pagamento.
- c) Para os empregados com contrato de trabalho suspenso, as empresas poderão a seu critério, efetuar o pagamento desta cláusula.
- d) Os empregados que entrarem em férias e cujo período de gozo coincida com os meses de novembro e dezembro de 2014, terão este abono complementar conforme tabela de reajuste, aplicado somente sobre o valor do 1/3 constitucional, bem como sobre o valor do abono pecuniário, se houver, respeitado o teto salarial.

- e) Esta cláusula não se aplica a aprendizes e estagiários
- f) Este abono, dado seu caráter eventual, não se incorporará aos salários, nem constituirá base para qualquer outro encargo ou reajuste.

2 - As empresas concederão aos seus empregados um Abono Especial pelo fechamento do acordo no período da data base, totalmente desvinculado do salário e em caráter especial e eventual, na forma do art. 144 da CLT, no valor de R\$3.500,00 (três mil e trezentos reais):

- a) O pagamento será feito no dia 19 de dezembro de 2014.
- b) Este abono é devido apenas aos empregados com contrato de trabalho ativo e vigente à data do pagamento.
- c) Os empregados afastados recebem o valor integral, desde que tenham trabalhado ao menos 15 dias de 01 de novembro de 2013 a 31 de Outubro de 2014.
- d) Esta cláusula não se aplica a aprendizes e estagiários.
- e) O valor fixo será devido aos empregados ativos que tenham sido admitidos até 30/09/2014.
- f) Este abono, dado seu caráter eventual, não se incorporará aos salários, nem constituirá base para qualquer outro encargo ou reajuste.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE HORA EXTRA

As horas extraordinárias, quando prestadas de segunda-feira a sábado, inclusive aos coordenadores, serão remuneradas na forma descrita abaixo:

- a) Até 25 (vinte e cinco) horas mensais, 50% (cinquenta por cento) de acréscimo em relação à hora normal;
- b) As horas extraordinárias que excedem a 25 (vinte e cinco) e vão até o limite de 40 (quarenta) horas mensais, serão acrescidas de 60% (sessenta por cento) em relação à hora normal;
- c) As horas extraordinárias que excedem a 40 (quarenta) e vão até o limite de 60 (sessenta) horas mensais, serão acrescidas de 80% (oitenta por cento) em relação à hora normal;
- d) As horas extraordinárias que excedem a 60 (sessenta) horas mensais serão acrescidas de 100% (cem por cento) em relação à hora normal.
- e) As horas extraordinárias, quando prestadas aos domingos, feriados e dias pontes já compensados, serão remuneradas com 100% (cem por cento) em relação à hora normal até o limite de 8 (oito) horas diárias, sendo as excedentes pagas com o acréscimo de 150% (cento e cinquenta por cento), também em relação à hora normal.
- f) Excetuam-se da remuneração estipulada neste item, as horas extraordinárias trabalhadas nos sábados já compensados sob-regime de compensação habitual, que serão remuneradas na forma do item "a".

O adicional de horas extraordinárias na RCM será o seguinte:

- a) Até 50 (cinquenta) horas mensais, 50% (cinquenta por cento) de acréscimo em relação à hora normal.
- b) As horas extraordinárias que excedem a 50 (cinquenta) horas mensais serão acrescidas de 55% (cinquenta e cinco por cento) em relação à hora normal.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno, entre as 22 horas e as 05 horas, será acrescida do adicional de 31% (trinta e um por cento) sobre o valor da hora normal.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA OITAVA – PLR

As empresas pagarão um prêmio a ser integrado à participação nos resultados (Lei 10.101 de 2001), na proporção dos meses efetivamente trabalhados a partir de 1º de novembro de 2014, no valor de até R\$2.000,00 (dois mil reais), pago até o dia 20 de março de 2015 na proporção de 1/4 do valor por mês entre 1º de novembro de 2014 e 28 de fevereiro de 2015.

a) Os trabalhadores que, no período de apuração, vierem a ter seus contratos suspensos por acidente, doença ou licença maternidade, receberão durante o tempo de afastamento 50% do valor que lhe seria devido em caso de presença ao trabalho no mesmo período, desde que tenham trabalhado neste período a fração de 15 ou mais dias.

b) Esta Participação será devida aos empregados até o cargo de Supervisor, ficando reservada à empresa a adoção de outros critérios de participação para os cargos de Gerente e Diretor, cujos valores para enquadrarem-se como PLR bastarão ser creditados na mesma data e em folha própria com a indicação de tratar-se da PLR ajustada no acordo coletivo.

c) O aviso prévio indenizado não se considera como efetivamente trabalhado para efeitos desta condição especial.

d) Esta cláusula passará a integrar o Acordo de PPR 2015 (Programa de Participação nos Resultados), passando a não mais integrar o Acordo Coletivo de Trabalho de Data base da categoria das empresas acordantes, ficando expressamente excluída.

e) O referido valor não será devido aos estagiários.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Aos trabalhadores empregados nas empresas signatárias deste Acordo Coletivo de Trabalho, fica assegurado o Auxílio Alimentação no valor nominal de R\$300,00 (trezentos reais) mensais, a partir de 01 de novembro de 2014, conforme descrito abaixo:

a) O Auxílio será creditado a todos os funcionários, mesmo os afastados ao INSS, em cartão magnético, por substituição a ser definida pelas partes;

b) Ficam excluídos deste benefício os Gerentes e Diretores, e os empregados com menos de 3 meses de relação de emprego.

c) Excepcionalmente no mês de dezembro de 2014 o auxílio alimentação terá um crédito especial de natal de R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais), correspondente a R\$300,00 (trezentos reais) referente ao crédito de dez/14, R\$300,00 (trezentos reais) referente ao crédito dobrado de natal, R\$100,00 (cem reais) referente ao crédito adicional de natal para a produção de veículos do mês e R\$30,00 (trinta reais) correspondente a diferença do valor de nov/14, sendo devido a todos os empregados, conforme alínea “a” desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTO AUXILIO ALIMENTAÇÃO

Fica limitada a 3% (três por cento) do salário nominal, a parte do trabalhador no custeio de sua alimentação na empresa.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCONTO DO VALE-TRANSPORTE

Será cobrado de cada funcionário que solicitar vale transporte, o percentual de até 1% (um por cento) do seu salário nominal, observando o limite de 2 (dois) vales transportes por dia útil no decorrer do mês. O vale transporte é de uso exclusivo do empregado que o solicitou, sendo que a venda ou cessão do vale-transporte subsidiado pelas empresas, mesmo que gratuita, inclusive a familiar ou dependente, constitui ato de improbidade, conforme definido no art 482 da CLT.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CRECHE

Para as trabalhadoras empregadas nas empresas signatárias do presente Acordo Coletivo de Trabalho será concedido o Auxílio Creche, para filhos nascidos legítimos ou adotados, no valor de 18% (dezoito por cento) do salário normativo.

Parágrafo Único: O Auxílio será devido às mães a partir do retorno da licença maternidade até a criança completar 12 (doze) meses de idade.

AUXÍLIO MATERNIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LICENÇA MATERNIDADE

As empresas signatárias do presente Acordo Coletivo, concederão para as empregadas a licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo do salário, dentro da vigência deste Acordo.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SEGURO

As empresas concederão a seus funcionários um Seguro de Vida em Grupo, cujo custo poderá ser repartido entre a empresa e os empregados beneficiados, respeitada na participação a proporcionalidade do valor salarial recebido e as condições especiais de acréscimo do prêmio.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CARTÃO DE COMPRAS

As empresas signatárias procederão ao desconto em folha da importância de até R\$300,00 (trezentos reais), para pagamento de cartão de compras a ser fornecido aos empregados.

a) As empresas somente procederão ao desconto nos salários dos empregados com mais de 3 meses de relação de emprego, e que, explícita e formalmente o solicitarem.

b) O desconto será considerado antecipação e terá seu valor abatido na antecipação quinzenal.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

As empresas concederão a seus empregados afastados por auxílio doença ou por acidente do trabalho, um empréstimo no valor necessário à complementação de seu valor salarial base em relação ao efetivamente recebido da previdência social. O empréstimo fica limitado aos valores recebidos entre o 16º (décimo sexto) e o 60º (sexagésimo) dia de afastamento e respeitado sempre para efeitos de complementação o valor máximo da contribuição previdenciária.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

RELAÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO EXTERIOR

Quando o empregado for prestar serviços fora do país, a empresa terá que assegurar, minimamente: função, remuneração, seguro de vida, assistência médica a ele e a seus dependentes e condições de retorno ao país.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM OUTRAS LOCALIDADES

Quando o trabalhador for transferido em definitivo para outra localidade no Brasil, terá assegurado direitos e condições em seu novo local de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – TRABALHADORES PORTADORES DO VÍRUS HIV

O empregado portador do vírus HIV terá garantia de emprego até o seu afastamento definitivo pelo INSS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ERRO NO PAGAMENTO

Quando ocorrer erro no pagamento, vale, 13º salário e férias, a Empresa está obrigada a fazer a correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – INFORMAÇÃO AO EMPREGADO RECÉM-CONTRATADO

No primeiro dia de trabalho a Empresa deverá informar ao trabalhador sobre as áreas perigosas e insalubres, dará treinamento específico para sua função, devendo ser integrado ao ambiente de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – ATUALIZAÇÕES NA CTPS E ANOTAÇÕES FUNCIONAIS

A Empresa deverá atualizar as anotações na CTPS sobre alterações salariais e novas funções exercidas pelo empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - NOMENCLATURA FUNCIONAL

A nomenclatura da função do trabalhador deverá obedecer a adotada pelo Código Brasileiro de Ocupação, sendo obrigatório o registro na CTPS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

As câmeras de vigilância deverão ser usadas somente para fins de vigilância e segurança pessoal e patrimonial e não para fins disciplinares.

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO PORTADOR DE

REDUÇÃO DE CAPACIDADE

Os empregados das empresas acordantes gozarão da garantia de emprego ou salários por até 01 (um) ano após o término da estabilidade fixada no artigo 118 da LOPS, quando em decorrência exclusiva do acidente do trabalho, cumulativamente:

- a) Apresente redução da capacidade laboral;
- b) Tenha se tornado incapaz para exercer funções iguais ou equivalentes a que vinha exercendo até a ocasião do acidente;
- c) Apresente condições de exercer qualquer outra função compatível com sua capacidade laboral após o acidente.
- d) As condições relativas ao acidente de trabalho, garantidoras do benefício, deverão ser atestadas e declaradas pelo INSS. Divergindo qualquer das partes quanto ao resultado do laudo, é facultado às partes, de comum acordo, indicar um especialista ou instituição especializada para arbitrar a divergência, correndo as despesas por conta da empresa. Caso contrário podem as partes buscar a prestação jurisdicional, na Justiça do Trabalho.
- e) Estão abrangidos pela garantia desta cláusula os já acidentados no trabalho que atendam as condições acima, com contrato em vigor na data de vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho.
- f) Os empregados contemplados com as garantias previstas nesta cláusula não poderão servir de paradigma para reivindicações salariais, nem ter seus contratos de trabalho rescindidos pelo empregador, a não ser em razão de prática de falta grave, mútuo acordo entre as partes com assistência do sindicato representativo da categoria profissional, ou quando tiverem adquirido direito à aposentadoria, nos seus prazos mínimos.
- g) Estão excluídos desta garantia os empregados vitimados em acidente de trajeto, cujo meio de transporte não seja fornecido pela empresa ou os meios tradicionais de transporte coletivo público.
- h) Os empregados contemplados com as garantias previstas nesta cláusula se obrigam a participar de processo de readaptação e requalificação para nova função existente na empresa. Tal processo, quando necessário, será preferencialmente aquele orientado pelo Centro de Reabilitação Profissional do INSS ou instituição credenciada pelo sindicato profissional.
- i) Quando a empresa oferecer oportunidade, condições e/ou recursos para a readaptação ou requalificação profissional do acidentado do trabalho, o empregado que comprovadamente não colaborar no processo de readaptação ou requalificação profissional, está excluído da garantia desta cláusula.
- j) As garantias desta cláusula se aplicam aos acidentes de trabalho cuja ocorrência coincidir com a vigência do contrato de trabalho, além das condições previstas nos parágrafos acima.
- k) Esta Cláusula não se aplica, em qualquer hipótese, aos portadores de doença profissional e/ou ocupacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO APOSETANDO

Ao empregado que comprovar antecipadamente estar a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito a aposentadoria e que conte com no mínimo 10 (dez) anos de trabalho na mesma empresa, fica garantido o emprego ou salários pelo período que faltar para aposentar-se. A garantia deste benefício cessa automaticamente findos os 12 meses, e será concedida, em qualquer caso, por uma única vez.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA SUPRESSÃO DE JORNADA DE TRABALHO SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS

Para atender situações especiais poderá ser ajustada a supressão total ou parcial do trabalho em toda a empresa ou em setores determinados, com a recuperação das horas de trabalho em outra oportunidade, mediante acordo entre a empresa e a maioria simples dos empregados envolvidos.

FALTAS

CLÁUSULA VIGESIMA OITAVA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

A empresa concederá a seus empregados, sem prejuízo da remuneração, quando tiverem que se ausentar do serviço para requerer expedição de documentos exigidos por lei, a licença será de 4 (quatro) horas e no máximo 02 (duas) vezes ao período da convenção, e desde que comprovada através de documentação legal.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPENSA DE ESTUDANTE

Fica assegurada aos empregados estudantes de ensino fundamental e médio a dispensa de 02 (duas) horas do expediente normal, nos dias de exames finais, desde que comprovado com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Fica mantida a redução de jornada de 44 (quarenta e quatro) horas para 42 (quarenta e duas) horas semanais.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA- DISPENSA AO TRABALHO PARA DIRIGENTE SINDICAL

As empresas signatárias deste acordo concederão licença de até 10 (dez) dias ao ano a serem distribuídos entre os membros da diretoria do Sindicato para que participem das reuniões convocadas pelo presidente no sindicato laboral, sem prejuízo da remuneração. O sindicato deverá previamente, e com 01 (uma) semana de antecedência, comunicar a empresa a data e a necessidade de liberação do membro da diretoria do sindicato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DISPENSA DO TRABALHADOR PARA TREINAMENTO

As empresas signatárias deste acordo liberarão, mediante prévio acordo quanto a data mais conveniente as partes, por dois dias durante a vigência deste acordo, sem prejuízo da remuneração, empregados para participarem de treinamentos de formação profissional e/ou sindical ministrados pelo sindicato.

- 1 - A MMC, PRC e BW&P disponibilizarão o total de 05 (cinco) empregados;
- 4 - A Weldmatic liberará 3 (três) empregados e
- 5 - A RCM liberará 2 (dois) empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERÇA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As partes se comprometem a instituir, na forma da lei, comissão de negociação prévia para solucionar os conflitos trabalhistas entre os trabalhadores e empresas.

Catalão, 17 de dezembro de 2014.

CARLOS ALBINO DE REZENDE JUNIOR

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E MATERIAL
ELETRICO DE CATALAO GOIAS

ROBERT DE MACEDO SOARES RITTSCHER

Presidente

MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA

ANTÔNIO HERBERT DUARTE FERREIRA

Diretor

MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA
PRC SISTEMAS DE PROPULSÃO E TRAÇÃO LTDA
BW&P SISTEMAS DE SOLDA E PINTURA

RUBENS CELLA

Diretor

RCM ENGINEERING & INDUSTRIAL SOLUTIONS S/C LTDA

FABIO SARAIVA

Diretor

WELDMATIC AUTOMOTIVE LTDA